

OS SESSENTA ANOS DE “*INFLAÇÃO BRASILEIRA*” DE IGNÁCIO RANGEL: ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Nilmar RIPPEL¹

Bruno SAGGIORATO²

Marlon Clovis MEDEIROS³

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar a obra “*A inflação brasileira*” de Ignácio Rangel, lançada em 1963, e verificar se essa obra possui validade total ou parcial para explicar a inflação brasileira na última década. Para tanto, trouxemos os embates ocorridos à época, além de sua interpretação do fenômeno inflacionário. Assim, foi possível constatar que devido o tempo decorrido desde a publicação, a obra necessita de algumas considerações que não são consideráveis mudanças: i) a consolidação nos anos 1990 de um pacto de poder liberal e rentista não voltado ao interesse nacional e; ii) Com o Plano Real e posterior financeirização, a inflação perdeu sua função em atuar como mecanismo de defesa da economia. No que concerne a permanência, podemos afirmar que; i) o fenômeno inflacionário não é causa, mas sintoma de anomalias no sistema econômico; ii) o país ainda padece de altíssima concentração de renda e altas taxas de exploração e; iii) aprofundou-se ainda mais o poder de grandes corporações, que não apenas administram como determinam os preços, dado seu alto nível de influência na produção e comercialização de mercadorias. Soma-se a isso, num segundo momento, uma inflação de custos dado os choques de ofertas à nível global.

Palavras-chave: Inflação brasileira. Monetaristas. Estruturalistas. Mudanças. Permanências.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

² Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

³ Docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

THE SIXTY YEARS OF "BRAZILIAN INFLATION" BY IGNÁCIO RANGEL: BETWEEN CHANGES AND PERMANENCE

ABSTRACT

The objective of the article is to analyze Ignácio Rangel's 1963 work "Brazilian inflation" and verify whether this work has total or partial validity in explaining Brazilian inflation in the last decade. To this end, we brought the conflicts that occurred at the time, in addition to their interpretation of the inflationary phenomenon. Thus, it was possible to verify that due to the time that has passed since publication, the work requires some considerations that are not considerable changes: i) the 1990s consolidation of a liberal and rentier power pact not focused on the national interest and; ii) With the Real Plan and subsequent financialization, inflation lost its role in acting as an economy defense mechanism. Regarding permanence, we can say that; i) the inflationary phenomenon is not a cause, but a symptom of anomalies in the economic system; ii) the country still suffers from a very high income concentration and high rates of exploitation and; iii) the power of large corporations has further deepened, which not only manage but also determine prices, given their high level of influence in the production and marketing of goods. Added to this, secondly, a cost inflation due to the global level supply shocks.

Keywords: Brazilian inflation, Monetarists, Structuralists, Changes, Permanence

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1963, foi lançado o livro “*A Inflação Brasileira*” de autoria de Ignácio Mourão Rangel (1914-1994)⁴. A obra lança no debate nacional novas ideias sobre a questão da inflação⁵ dominada à época basicamente por duas correntes teóricas: uma ortodoxa e outra heterodoxa⁶. Para Mitidieri (s.a, p. 01), Rangel “Formulou um sistema teórico que busca explicar a dinâmica da economia brasileira, conferindo sentido à evolução histórica da estrutura socioeconômica do país e fundamentando nela sua análise do fenômeno inflacionário brasileiro”.

O artigo visa explorar, portanto, se os argumentos explanados por Rangel à época, continuam válidos para compreender a inflação da última década. Busca-se discutir em que medida a obra de Rangel nos legou um método de análise da inflação, que pode ser aplicado a diferentes conjunturas. Como a abordagem de Rangel é histórica, ele próprio argumentava que não existe uma teoria geral da inflação, pois todos os processos inflacionários são conjunturais e submetidos a diferentes fatores. Assim, o método de observação e de análise, bem como a inter-relação dos fenômenos econômicos propostos por Rangel podem ser utilizados atualmente. A recusa de Rangel de tratar a inflação como um fenômeno monetário em si, mas como uma consequência da relação entre os fatores da produção, da circulação e da distribuição, com a concentração da propriedade e o nível de consumo.

Castro (2012), analisando o pensamento de Rangel, afirmou que ele não tratava nada de forma tópica apesar de muitas vezes transparecer. Dessa forma, como Rangel era um atento observador da sociedade, estava sempre tentando levantar questões e dar soluções pertinentes aos problemas de cada momento histórico. Sendo assim, para Jabbour (2017) o caso da inflação brasileira está ligado fundamentalmente aos movimentos mais gerais da economia brasileira e para

⁴ Como o propósito do artigo é trazer a contribuição de Rangel acerca do fenômeno inflacionário, é importante resgatarmos uma passagem de Rego e Pereira (1994) os quais afirmaram que “a Dualidade está em toda parte na economia e na sociedade brasileira.”

⁵ Segundo o IBGE (2023), inflação é o nome dado ao aumento contínuo e generalizado dos preços de produtos e serviços. Ela é calculada pelos índices de preços, comumente chamados de índices de inflação. O IBGE produz dois dos mais importantes índices de preços: o IPCA, considerado o oficial pelo governo federal, e o INPC.

⁶ Bielschovski (2000) em seu livro “Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)” afirma que Rangel devido sua originalidade e maneira particular de pensar não se enquadrava em nenhum campo de interpretação em vigência, construindo, portanto, uma visão própria de entender a economia brasileira, dedicando um capítulo exclusivamente ao Pensamento Independente de Ignácio Rangel.

entender o fenômeno inflacionário na visão de Rangel, antes de tudo, é necessário ter isso em mente.

Assim, em que pesem as diferenças conjunturais entre o período no qual a obra foi escrita, em 1963, e os dias atuais, permanecem diversas indicações metodológicas de Rangel, e mesmo algumas características estruturais que se repetem periodicamente. Como discutiremos adiante, uma das principais questões é que a inflação é uma síndrome da recessão, ou seja, nos períodos de crise, as empresas elevam preços na tentativa de combater as baixas vendas e a queda na taxa de lucro. Outra questão central é a ineficácia da taxa de juros para combater a inflação isoladamente. Ao provocar queda de produção e acelerar a recessão, os efeitos do combate à inflação podem ser mais danosos à economia do que a própria inflação. Este é justamente o debate que o Brasil tem enfrentado nos últimos anos, com a política de aumento da taxa de juros, do Banco Central independente, à pretexto de se prevenir a inflação, inibindo investimentos e consumo que poderiam tirar a economia da crise.

Para viabilizar a análise proposta, a metodologia do artigo é de uma análise bibliográfica da obra em foco, bem como de outras obras que a analisaram. Para a discussão da atualidade da obra de Rangel, se recorrerá a materiais estatísticos e bibliográficos que embasem a discussão atual da economia brasileira, permitindo a relação com a teoria e o método de Rangel.

O artigo está dividido em quatro partes. Primeiramente, de maneira breve faremos uma abordagem biográfica, destacando suas influências teóricas e o impacto de sua obra no pensamento social brasileiro. Em segundo momento, serão abordados os argumentos e contra-argumentos entre as duas principais correntes de interpretação da época: a saber, os monetaristas (ortodoxos) e os estruturalistas (heterodoxos). Na sequência, apresentaremos as principais ideias do autor elencadas na obra “A inflação Brasileira”. Posteriormente, analisaremos se existem elementos que se tornaram obsoletos e em havendo, o que permanece válido para explicar a inflação atual. Por fim, na quinta e última seção, faremos as considerações finais.

2 IGNÁCIO RANGEL: INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E O IMPACTO DE SUA TEORIA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Rangel teve uma passagem marcante na historiografia brasileira, apesar de que por algumas décadas, especialmente após a década de 1980 (diferentemente de Celso Furtado e Caio Prado Jr.), houve certo desaparecimento de suas ideias no meio intelectual, onde seu pensamento foi relegado ao ostracismo. Entretanto, nos últimos anos ressurgiu com considerável vigor. Rangel, entra no seleto grupo dos clássicos, pois o pensamento desse autor fornece caminhos de análise e respostas à inúmeras questões muitas décadas à frente. A obra *“Inflação Brasileira”* ainda parece-nos conter essa atualidade.

A originalidade e atualidade de seu pensamento, pode ser associado às influências teóricas que esteve submerso, realizando os devidos ajustes dessas teorias à realidade brasileira, sem aplicá-las mecanicamente, como observou Mamigonian (1998). Além disso, Pereira e Rego (1998) já advertiam que desde início da década de 1930, Rangel começara ler Marx o qual formou sua maneira de pensar sendo, portanto, materialista, histórica e dialética. Foi integrando de maneira muito singular Adam Smith, Marx, Lênin, Schumpeter e Keynes às condições particulares da realidade brasileira que Rangel ofereceu - graças a sua inteligência e criatividade - uma enorme contribuição ao país.

Mesmo tendo sido preso muito jovem por tentativa de tomada de poder, em 1935, não abandonou seus estudos no cárcere, onde com seus companheiros na prisão, estudavam de sociologia à matemática. Em 1937, é liberto, porém, obrigado a não se afastar de São Luiz no Maranhão. A partir de 1945, sua vida ganha novos contornos ao se deslocar para a cidade do Rio de Janeiro, onde daí em diante começa a ser mais conhecido. De acordo com Pereira e Rego (1998), já em 1947, seu nome é sugerido por Rômulo Almeida a Getúlio Vargas que o convida, em 1952, para fazer parte de seu seleto grupo de assessores.

Nesse período, sua permanência junto ao Governo foi muito frutífera, pois contribuiu nas análises de projetos e formulações de políticas para o fortalecimento de instituições como o atual BNDES e Eletrobrás, além de ter ministrado aula no Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB). Na década de 1950, realizou curso de Pós-Graduação patrocinado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) onde escreveu a monografia *El desarrollo económico en Brasil*.

Retornou ao Brasil, em 1955, onde muitas vezes estudou e escreveu com recursos financeiros escassos, o que não o impediu de produzir textos magistrais. Dentre os textos e livros que escreveu, o livro *“A inflação Brasileira”* ganha destaque. A relevância dessa obra se deve,

sobretudo, pelo fato de entender o processo inflacionário como síntese de múltiplas determinações, tendo a história como baliza mestra, a qual é permeada por avanços, recuos e contradições. No período Rangel era um conhecido economista do BNDE que havia tido participação de destaque na implementação do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubiteschek. Ele escreveu “A Inflação Brasileira” para criticar as propostas de combate à inflação implementadas no período, especialmente o Plano Trienal lançado em 1962, por Celso Furtado, então ministro do Governo João Goulart.

Em meados da década de 1950 e 1960, o debate acerca da inflação passou a ser recorrente e resultou intensos debates entre os economistas⁷. A questão inflacionária era uma questão latente, mas não o único problema da época, pois outras questões à nível macroeconômico se manifestavam. Ao fazer referência à economia brasileira no início dos anos sessenta, Cruz (1980, p. 5) afirma ser

[...] um quadro de graves e crescentes dificuldades que contrasta fortemente com o vigoroso dinamismo e com a euforia desenvolvimentista prevalecentes no período imediatamente anterior. É no início da década que se manifestam, de forma aberta, os elementos principais da crise econômica que se estenderia até 1967, dentre os quais se destacam a desaceleração do crescimento e o recrudescimento inflacionário (Cruz, 1980, p. 5)

Mesmo após intenso crescimento e dinamismo econômico resultado do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), sobreveio um período de instabilidade inflacionária e política, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros e a posterior deposição de João Goulart. Para Vilella (2011, p. 29)

[...] essa perda de dinamismo da economia decorreu em grande medida do término do grande bloco de investimentos associado ao Plano de Metas, mas, também, das tentativas de estabilização nos dois governos que se seguiram a Juscelino, tentativas essas tornadas urgentes à luz do legado inflacionário daquele governo.

⁷ Nesse período, torna-se efervescente o debate acerca do pensamento econômico brasileiro. Para Bielschowsky (2000), algumas correntes de pensamento surgiram para interpretar e dar respostas aos fenômenos econômicos. Em sua obra intitulada “Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo” o autor faz referência às correntes de pensamento econômico da época, onde de acordo com o autor, os economistas defensores da tese estruturalista da inflação são: Raúl Prebisch, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e J.N Vásquez. Dentre os economistas que defendiam a tese mais liberal/ortodoxa/monetarista da inflação, podemos citar: Octávio Gouvea Bulhões, Mario Henrique Simonsen e Eugenio Gudín.

Em síntese, JK de fato entregou a seus sucessores uma economia maior e mais desenvolvida, mas, ao mesmo tempo, deixou-lhes um “presente de grego”, sob a forma da piora de alguns dos principais indicadores macroeconômicos internos e externos (Vilella, 2011, p. 29).

A conjuntura política e econômica fez surgir inúmeros debates entre as mais diversas correntes teóricas da época. No momento, daremos destaque aos acirrados argumentos e contra-argumentos da corrente ortodoxa e/ou monetaristas⁸ e a corrente heterodoxa e/ou estruturalista, onde o elemento central da discussão era a tentativa de entender as causas originais do fenômeno inflacionário e por consequência, resolvê-lo. A grande diferença de Rangel com relação aos demais analistas era propor que a inflação era consequência da crise econômica do momento, e não sua causa. Logo, a solução da inflação viria do estímulo a uma nova rodada de crescimento econômico, e não de recessão provocada pelas medidas anti-inflacionárias.

3 ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS ENTRE A CORRENTE MONETARISTA E ESTRUTURALISTA: UMA SÍNTESE

As correntes monetarista e estruturalista que estavam em evidências à época, possuíam argumentos bastante divergentes, apesar que havia um ponto em comum. Para Rangel (2005, p. 567) ambas as correntes teóricas possuíam em comum buscar “[...] a gênese da inflação numa suposta insuficiência ou inelasticidade da oferta – global, no caso dos monetaristas, e setorial, no caso dos estruturalistas – quando deveriam ocupar-se no comportamento da demanda”.

O ponto de divergência mais profundo entre as correntes, é que para os estruturalistas o que causava inflação eram pontos de estrangulamentos que impediam o desenvolvimento econômico, enquanto os monetaristas argumentavam que a emissão de moeda pelo governo é que gerava inflação. Rangel (2005, p. 565) reconhece a contribuição dos estruturalistas quando afirma que “a percepção de que a inflação tem origem no bojo da economia e não no gabinete do ministro da Fazenda, [...] consiste a essência da contribuição dos “estruturalistas” ao entendimento do processo inflacionário brasileiro.”

⁸ Serrano (2010) em seu artigo “Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação” utilizou o termo “visão consensual” para indicar que a visão dos ortodoxos é um consenso quando o assunto é a causa inflacionária e o receituário para contê-la.

Os estruturalistas, acreditavam que o problema inflacionário se encontrava nos gargalos existentes no lado real da economia, como por exemplo, na elevada taxa de urbanização que representava uma pressão sobre a demanda de alimentos, uma vez que o país deixava de ser agrário-exportador para ser um país urbano-industrial, e que apresentava, uma rigidez da oferta agrícola (Ramos, 1986). Esta visão se contrapõe à visão dos monetaristas de estabilização e de inflação, uma vez que esta última, seria fruto da expansão da base monetária. Para Bielschowsky (2000, p. 21) o estruturalismo oferecia um bom instrumental de análise contra as políticas de estabilização. De acordo com o autor, na “visão estruturalista, a moeda se expande, quase sempre passivamente, como respostas das autoridades monetárias às elevações de preços de origem estrutural, sendo, portanto, incorreto considerá-la causa da inflação”. Em outras palavras, podemos dizer que “[...] A única maneira de evitar a inflação seria alterar as condições estruturais que a provocam, e isto deve ser feito por meio de um esforço de crescimento econômico contínuo e planejado”.

Nesse sentido, segundo seus adeptos, no Brasil havia uma oferta agrícola inelástica que se diferenciava de países desenvolvidos em que uma pressão da demanda e a consequente elevação do preço sobre determinados produtos da cesta básica, havia maior elasticidade de substituição de um produto por outro.

Outros dois pontos de estrangulamentos que podemos fazer referência, se encontravam no câmbio e no setor de infraestrutura. No caso do câmbio, ao visar atrair dólares para o país não fazia sentido aumentar a produção para maior entrada de moeda estrangeira, porque maior oferta de um determinado produto no mercado internacional, deteriorava por consequência seu preço, dada a relação oferta-demanda.

O setor de infraestrutura também era um ponto de estrangulamento na visão estruturalista, porque prejudicava a circulação de mercadorias, além de obstruir o pleno crescimento das cidades, uma vez que faltava rede de esgoto, habitação e transporte urbano para os cidadãos que migravam do campo para as cidades. A defesa de uma reforma urbana aliada à uma reforma agrária se encontrava exatamente nesse ponto. Para tanto, eram necessários massivos investimentos públicos que ia em sentido diametralmente oposto aos monetaristas, visto que esses últimos acreditavam que a causa da inflação derivava de emissão monetária, propondo com isso, cortes nos gastos do governo e rígido controle da política monetária. Essa visão era encarada como se a moeda fosse uma mercadoria qualquer, ou seja, quanto mais disponibilidade dessa mercadoria no mercado,

maior sua desvalorização, acarretando por consequência, em um aumento geral dos níveis de preços.

No caso dos pontos de estrangulamentos encarnado pelos estruturalistas, Rangel (2005) afirma a necessidade de considerar os vultuosos investimentos, derivados de intervenções do Estado, por meio do Programa de Metas, onde se por um lado, não resolveu o problema inflacionário, por outro colocou a economia numa rota de crescimento econômico criando grande capacidade produtiva em diversos setores.

O autor, contudo, não ignora as contribuições da corrente estruturalista em reconhecer que para os adeptos dessa escola a inflação não deriva de intervenções do Estado, mas tem como ponto nuclear a economia, além de reconhecer que estes não são avessos aos investimentos públicos, nem favoráveis as terapias de choques⁹ para estabilização. Pereira (1993, p. 490) baseando-se em Rangel, afirma que

[...] O papel do governo, nesse caso, é passivo e não fonte original de inflação, visto que esta é causada por movimentos autônomos oriundos das empresas privadas. O governo apenas cumpre sua parte, ao emitir para salvar as empresas em dificuldades financeiras e evitar o desemprego; pois, caso contrário, sobrevirá a crise. (Pereira, 1993, p. 490).

Isto posto, ressalta-se que essa forma de enxergar o fenômeno inflacionário de maneira muito singular, ligava-se diretamente com as contradições do processo produtivo e, que em suas palavras “[...] a pedra de toque para avaliar ambas essas teorias é a capacidade ociosa. Ambas as escolas a negam, aberta ou sub-repticiamente. [...]” (RANGEL, 1963, p. 554). O autor identifica o papel dos recursos ociosos na retomada do crescimento econômico sem a necessidade imediata de novos investimentos.

4. CONTRIBUIÇÕES DE RANGEL ACERCA DA INFLAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS 1960

Logo nas primeiras páginas de sua obra, segundo Dias Pereira (2014, p. 555) Rangel utiliza a palavra “ilusão”, para caracterizar tanto a visão monetarista quanto a estruturalista. Esse termo

⁹ Sobre as “Terapias de choques” sugerimos ver WEBER, Isabella M. **Como a China escapou da terapia de choque: o debate da reforma de mercado**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2023. 480 p.

evidencia o quanto Rangel não acreditava no poder de explicação dessas escolas para o fenômeno da inflação brasileira nos anos 1960. Além disso, Rangel demonstra criatividade e ousadia ao desafiar ambas correntes teóricas nessa temática, obra que revelou, segundo Bresser-Pereira (1993, p. 488) “[...] o pouco alcance desses enfoques em sua tentativa de explicação do fenômeno inflacionário”.

Desfeita a ilusão tanto monetarista quanto estruturalista (discutidas no item anterior), Rangel passa a explicar sua interpretação nada ortodoxa acerca do fenômeno. No prefácio, o autor menciona o uso do método dialético trazido à lume primeiramente na Grécia antiga com Aristóteles, passando por Hegel até Marx, cujo objetivo é sair da aparência sensível em busca da essência apreensível dos fatos reais. Alia-se a isso, a taxa de exploração (conceito trabalhado pelos marxistas), além do referencial Keynesiano ([1936] 1982) para discutir o papel do Estado nas políticas fiscais e, o conceito da propensão a consumir¹⁰.

Isto posto, resta saber: qual era o problema fundamental para Rangel ao tratar da elevação dos preços? Inúmeros temas gravitavam no entorno deste problema central, os quais podemos citar: capacidade ociosa industrial, estrutura agrária, o papel do Estado na emissão monetária e o papel dos investimentos como função da renda e seus efeitos multiplicativos na economia. Todos esses temas, interligavam-se umbilicalmente com o tema da inflação. Mas, o ponto central, para Rangel, era descobrir por que havia *manipulação dos preços por empresas oligopólicas e oligopsônicas*, as quais em certos períodos se recusavam em levar seu produto ao mercado, gerando escassez, para elevar preços. Essa era uma questão que deveria ser analisada com profundidade para não cairmos em equívocos, uma vez que para Rangel (1963, p. 559)

A inflação brasileira é um fenômeno extremamente complexo, cuja significação profunda não se deixa surpreender logo ao primeiro exame. Ao contrário, ao primeiro exame, o que podemos obter são algumas determinações ilusórias, muito perigosas, porque podem inspirar medidas equivocadas de política econômica. [...] (Rangel, 1963, p. 559).

¹⁰ A propensão a consumir é um conceito keynesiano (Keynes, [1936] 1982) que relaciona o consumo com a renda. Quanto maior a renda, menor será a parcela utilizada no consumo e maior será a poupança. Contrariamente, quanto menor a renda, maior será a parcela utilizada da folha de salário para o consumo, uma vez que esta possui alta propensão ao consumo.

Analisar com profundidade, significava para ele, aderir ao método materialista histórico e dialético. Nas palavras do próprio Rangel (1963, p. 560) “[...] A dialética não é um meio de complicar as coisas, mas, ao contrário, de simplificá-las. Complexo é o problema em consideração”.

As características da economia brasileira à época, frisava Rangel, era que existiam empresas oligopólicas que dominavam (pelo lado da oferta) o fornecimento de bens as quais controlavam os preços, retendo parte de seus produtos agrícolas no mercado. Dado o caráter regionalizado da produção e comercialização agrícola no Brasil, estes intermediários da comercialização, se tornavam verdadeiros monopólios. Assim, conseguiam regular a oferta e os preços agrícolas, rebaixando os preços ao produtor, e elevando ao consumidor final. A escassez provocada no abastecimento dava a impressão de produção agrícola insuficiente, ou inelasticidade da oferta agrícola ao crescimento da demanda.

Noutros termos, manipulando os preços ao produtor e submetendo este último às condições erráticas de comercialização, o oligopsônio-oligopólio deprime e desorganiza continuamente a produção, tornando-a escassa; apoiando nessa escassez por ele mesmo induzida, aproveita-se da inelasticidade da demanda, a qual deixa indefeso o público consumidor, para impor a este preços extorsivos, perenemente em alta, arrastando em sua esteira todo o sistema nacional de preços (RANGEL, 2005, p. 624).

Essa era sua observação quando criticava os estruturalistas, os quais viam inelasticidade da oferta de produtos dado os pontos de estrangulamentos existentes na economia brasileira. Para Rangel (1963) não era uma inelasticidade de oferta, mas sim, inelasticidade da demanda. Em outras palavras, era a rigidez pela busca de produtos alimentícios que fazia com que as empresas manipulassem os preços para cima, forçando por sua vez, o consumidor aceitar a alta nos preços¹¹.

Por outro lado, criticava os monetaristas que rigorosamente acreditavam (e ainda acreditam) que a inflação deriva de expansão da base monetária quando o que acontece é exatamente o contrário¹². São empresas que não podendo elevar os preços de seus produtos que recorrem ao

¹¹ É válido notar que a curto prazo, haveria a busca dos produtos alimentícios mesmo com elevados preços, porque a demanda torna-se invariavelmente inelástica, diferentemente de outros bens em que a demanda é um pouco mais elástica como por exemplo, bens de consumo duráveis.

¹² Expansão da base monetária não se restringe apenas ao fato de uma maior quantidade de moeda em circulação numa sociedade com impressão desta. Pode ocorrer também quando o banco central decide reduzir a quantidade de

Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 16, n. 1, p. 396-421, 2024
ISSN 2175-862X (on-line)

sistema bancário em busca de crédito com vistas a manter seus estoques, forçando o governo a emitir. Isto contraria a tese de que emissão monetária geraria inflação. Essa seria uma visão da austeridade e arrocho fiscal que a classe trabalhadora poderia prescindir.

Outro ponto inovador em sua interpretação, era de que a inflação possuía uma função, que nas palavras dele era síndrome da recessão. Naquele momento, a inflação fazia com que as pessoas dispostas de recursos financeiros, para se defenderem da desvalorização da moeda dado o aumento dos preços, imobilizavam capital, comprando bens que no futuro estariam mais caros, como os imóveis. Keynes ([1936] 1982) nos ensina que em momentos de crises econômicas, há uma tendência natural das pessoas terem “preferência pela liquidez”. Porém, no caso brasileiro à época, a inflação forçava as pessoas ao consumo, não aprofundando ainda mais a recessão. Hoje em dia com o capital financeiro desenvolvido e internacionalizado, acreditamos que essa não seja mais uma verdade, uma vez que as pessoas dispostas de dinheiro e com taxas de juros elevadas vão em busca de acumular por meio da especulação financeira ($D - D'$) onde “D” é dinheiro e “D'” é uma fração maior de dinheiro. Nas palavras de Paulani (2009), hoje o que existe no Brasil é um processo de financeirização da economia a qual denominou de “[...] plataforma de valorização financeira (p. 34)”.

A função da inflação demonstrada no parágrafo acima, não altera o fato de que a economia tenderia a uma desaceleração econômica a médio e longo prazo, pelo simples fato de que uma alta taxa de exploração e por consequência, baixíssima propensão a consumir, resultaria em uma subutilização da capacidade produtiva. Para Rangel, a inflação tinha esse componente de defesa da economia contra recessão, mas ela não seria eficaz por longo tempo porque haveria uma rentabilidade negativa do capital fazendo com aumentasse a capacidade ociosa.

Como tinha a dialética como base de análise, identificou que ao passo que havia setores com capacidade ociosa, havia outros com carência de investimentos e que eram responsáveis por alavancar a economia a patamares superiores, em períodos de retomada de investimentos. Tais investimentos deveriam ser carreados de setores ociosos para os setores carentes de investimentos. Esta relação entre setores com ociosidade, faltando demanda, e setores com pontos de estrangulamento, necessitando de recursos, Rangel denominou de dialética da capacidade ociosa. A cada período de crise na economia brasileira pós-1930, mudavam os setores nestas situações,

moeda compulsória que os bancos devem ter para cumprir seus contratos. Isso resulta numa maior disponibilidade de recursos financeiros para empréstimos.

marcando a construção e amadurecimento da industrialização brasileira. A passagem de recursos dos setores com excesso de capacidade, para os setores com falta de capacidade trazia novo período de crescimento econômico e alívio das pressões inflacionárias.

Esse debate que levanta na década de 1960 e retoma na década de 1980¹³, período conhecido como “década perdida”, resultou na constituição do Plano Real em 1994¹⁴, com vistas a total redefinição da política econômica.¹⁵

5. MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DA CONTRIBUIÇÃO DE RANGEL ACERCA DA INFLAÇÃO RECENTE NO BRASIL (2013 - 2023)

Neste item, se propõe uma discussão da inflação nos dias atuais, de 2013 a 2023, problematizando a atualidade das questões e do método de Rangel. Escolheu-se analisar o fenômeno inflacionário dos últimos 10 anos, 2013 a 2023, dividindo esse período em dois momentos. O primeiro, de 2013 a 2019 e o segundo, de 2020 a 2023. A razão que justifica a divisão, é que nesse último momento houve uma dinâmica inflacionária fruto de um choque que foge às regras econômicas tradicionais. Com a Pandemia da Covid-19, houve retração da produção devido ao isolamento social resultando num choque de oferta à nível global. A desorganização das cadeias de abastecimento de inúmeros produtos, junto ao aumento da demanda, gerou uma inflação mundial e desvalorização das moedas em relação ao dólar. E segundo, devido a guerra no Leste Europeu envolvendo diretamente Rússia e Ucrânia e indiretamente os vários países que compõe a

¹³ Sobre esse tema, sugerimos ver Rangel (1987) “O papel dos serviços de utilidade pública” e Pizzo (1998) “Rangel e a concessão dos serviços públicos à iniciativa privada”.

¹⁴ Para Medeiros (2017, p. 27) “O plano Real e a política macroeconômica correspondente foram a síntese e o ponto mais alto do consenso neoliberal no Brasil. Marcaram o rumo dos debates sobre política econômica por toda a década que se seguiu. A política de juros altos junto às baixas taxas de crescimento industrial tornou o mercado financeiro e os investimentos especulativos mais atraentes. Formou-se todo um conjunto de interesses de classes rentistas na defesa da manutenção desse conjunto de políticas como o centro da política econômica e do projeto nacional.”

¹⁵ Acreditamos ser impossível discutir a inflação recente no Brasil, em especial nos últimos 20 anos, sem antes entendermos a conjuntura política e econômica da década de 1980 e seus desdobramentos na década de 1990 com a consolidação do Plano Real em 1994. Como foge do escopo tal discussão, apenas faremos sugestões de leituras que abordam as décadas mencionadas. Para melhor compreensão da década de 1980 sugerimos ver L. Beluzzo (2002) “Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real”. Acerca do Plano Real, sugerimos ver Dantas e Cerqueira (2014) “Plano Real: Auge e declínio de uma política econômica – uma revisão”, além de Paulo N. Batista Jr (1999) “Plano Real, dependência e dívida externa”

OTAN¹⁶. Independente da pandemia ou choques de oferta causadas por guerras, o que será demonstrado é que o caso da inflação brasileira não deriva de excesso de demanda como os ortodoxos entendiam e continuam a entender. Esse é o primeiro elemento de permanência no debate que Rangel fazia nos idos da década de 1960.

Rangel via que a prioridade era o desenvolvimento das forças produtivas, ou em outros termos, o desenvolvimento econômico do país devia ser prioridade e não o combate à inflação porque ela, segundo sua visão, era síndrome da recessão¹⁷. A inflação era vista por Rangel como sintoma da crise, e não sua causa. Como a inflação sempre abaixava e se mantinha num nível administrável ao retorno do crescimento econômico e do desenvolvimento de novos setores produtivos, a melhor política de combate à inflação era o estímulo ao investimento e ao aproveitamento da capacidade produtiva existente. É, portanto, contrassenso acreditar que é positivo provocar desemprego e reduzir o meio circulante e, portanto, a demanda, para arrefecer a pressão inflacionária¹⁸. O caso concreto brasileiro é que o país padece de alta taxa de exploração, com baixos salários e insuficiência crônica de demanda, de parte significativa da população. Esse é o segundo elemento de permanência no debate que Rangel faz nos anos 1960, isto é, a taxa de exploração continua altíssima.

Para corroborar esta discussão, apresentamos a seguir a figura 01, a qual demonstra a variação do salário mínimo nominal anual e o salário mínimo necessário nas últimas três décadas. O fato é que a demanda no Brasil é potencial e não efetiva. Por mais que a demanda tenha crescido significativamente em diversos períodos nos anos 1990 e 2000, a desigualdade permaneceu

¹⁶ Para maiores informações sugerimos ver Aparecido e Aguilar (2022) no “Observatório de Conflitos Internacionais”. Percebe-se, portanto, que quando se trata do respectivo conflito, a tensão é maior por envolver, principalmente, questões de defesa e energéticas que resulta em um contexto geopolítico de profundas implicações, dentre elas, a instabilidade da oferta para o Brasil de insumos agrícolas como fertilizantes, acarretando devido às incertezas aumento do preço o que produz, nesse sentido, um efeito dominó.

¹⁷ Para o autor, a inflação representava algo que na economia brasileira apresentava anormalidade e que a crise estava se abatendo. Ela era vista como uma febre no corpo humano onde a doença não é a febre, mas expressão de algo que no organismo não está indo bem. A identificação da “doença” na economia era fundamental para um tratamento adequado.

¹⁸ Um exemplo dessa visão sobre os fatos, é uma matéria do Jornal de Pernambuco no ano de 2015, onde o título da matéria era: “Para Inflação cair desemprego precisa aumentar”. Na ocasião, o objetivo da matéria era manifestar posição no sentido que menor demanda, por consequência, menor seria a pressão por bens disponíveis para venda. Leia a matéria disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2015/04/para-inflacao-cair-desemprego-precisa-aumentar.html>

extremamente elevada, e parcela significativa da população tem dificuldades de viabilizar o consumo até mesmo de necessidades básicas.

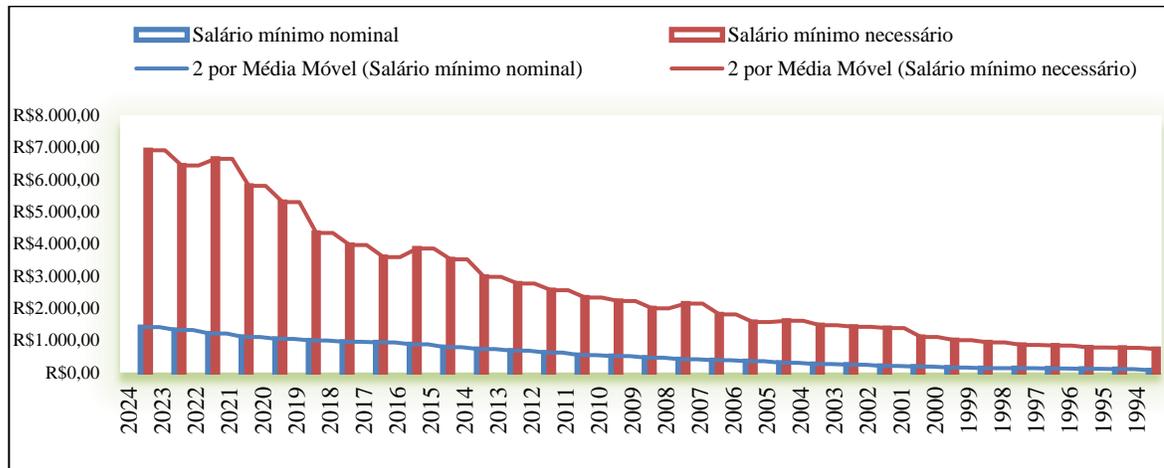


Figura 01 – Variação do Salário Mínimo nominal e Salário Mínimo Necessário no Brasil (dez de 1994 a abril de 2024)

Fonte: DIEESE, 2024. Elaborado pelos autores.

É possível notar que de 2014 em diante¹⁹, houve considerável ampliação do indicador salário mínimo necessário, enquanto o salário mínimo nominal interrompeu a série de altas que ocorria desde 2004. Os dados demonstram que houve grande elevação do custo de vida, especialmente após 2013, período em que o país inicia grave crise econômica. Assim, a demanda já insuficiente em todo o período demonstrado, se tornou ainda mais reprimida com a nova crise econômica, na qual a inflação se eleva novamente.

Neste novo período também ocorre elevação da concentração de renda e riqueza nas mãos de pouquíssimas pessoas. Segundo dados do IBGE, no ano de 2021, havia uma diferença de renda de 35% entre o 1% mais rico em comparação com a metade da população mais pobre. Para além dessa informação que indica que o problema é a diferença da média salarial mensal que girava em torno de R\$ 15,8 mil do 1% mais rico em comparação com a metade das pessoas mais pobres em que a renda média era de R\$ 453,00, ela esconde um fato essencial. Essa informação omite que o Brasil é o país com uma das maiores concentrações de riqueza do mundo, ficando em sétimo lugar

¹⁹ O período que se enquadra na última década está ligado as consequências da Operação Lava Jata (2014), do Golpe parlamentar contra a ex-presidente Dilma Rousseff (2016), da Eleição de Jair Bolsonaro (2018) e a Pandemia da Covid-19 em 2020.

no ranking da revista Forbes (2024). Juntos, segundo a revista, no ano de 2024 as dez pessoas mais ricas somam aproximadamente U\$\$ 118,1 bilhões (aproximadamente R\$ 596,4 bilhões)²⁰. Essa realidade não se alterou e é uma constante na história brasileira. Entre 2003 e 2015, nos governos Lula e Dilma, houve políticas sociais que visavam maior distribuição de renda para a população brasileira, mas o fato é que não houve mudanças estruturais significativas

Dessa forma, a ilusão dos ortodoxos em acreditar que a inflação deriva do excesso de demanda, resulta num tratamento inadequado para contê-la. Por um lado, em seus diagnósticos, a solução é aumentar a taxa de juros para diminuir a quantidade de dinheiro na economia proveniente de empréstimos para consumo. Por outro, o encarecimento do dinheiro desestimula investimentos produtivos, desacelerando a economia e colocando-a em rota de recessão.

A título de exemplo, com base nos dados do Banco Central, entre dezembro de 2013 a dezembro de 2015 a taxa básica de juros ficou na média de 12,06 a.a e a inflação oscilou para cima não demonstrando evidências fidedignas entre juros elevados e inflação baixa. O que a figura 02 deixa evidente é que a inflação está mais condicionada a conjuntura econômica e seus múltiplos determinantes que necessariamente uma relação direta entre taxa de juros e inflação.

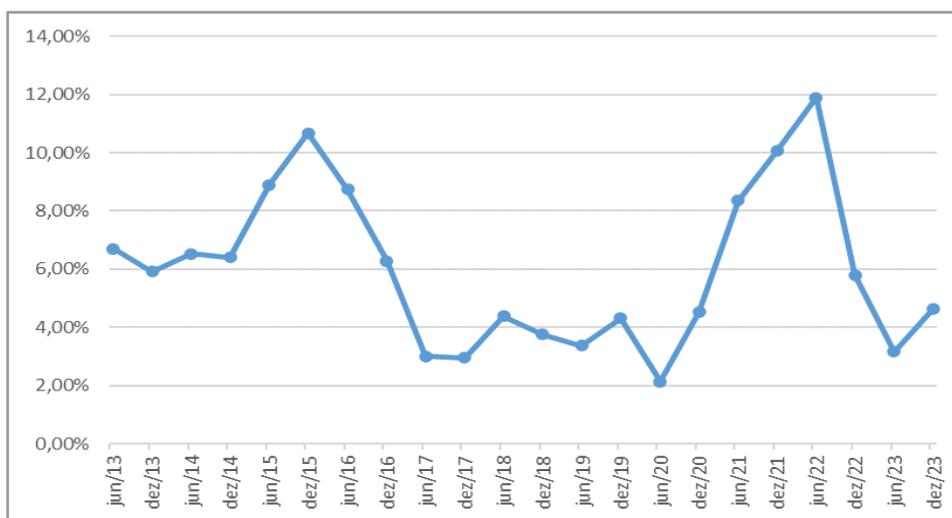


Figura 02 - IPCA - variação acumulada em 12 meses (%)

Fonte: IBGE, 2023. Organizado pelos autores.

²⁰ Para maiores detalhes, sugerimos ver a matéria divulgada pela **Forbes US** a qual contém a lista de bilionários de 2024.

É possível notar na figura acima, que a partir de 2013, a economia começa a dar sinais de desaceleração econômica sendo agravada pelo que se seguiu em anos posteriores conforme descrito em parágrafos anteriores. Portanto, a taxa de juros apreciada não apenas não influencia numa inflação menor, bem como desestimula o desenvolvimento econômico, já que numa economia monetária de produção o investimento é fundamental, visto que ele é função da renda. A taxa geral de juros, no caso do Brasil a taxa SELIC, é o “preço” do capital para investimento. Quanto maior esta taxa, mais caro e menos rentável o investimento real, e mais rentável o investimento puramente financeiro, pois a taxa de juros é a taxa de lucro do capital de financiamento.

A figura 03, demonstra que de 1980 a 2020 a taxa de investimento no Brasil está muito aquém do necessário para uma economia com indicadores aos quais o respectivo país possui. A taxa de juros apreciada é um dos responsáveis por estes resultados. As taxas de juro entraram em um patamar permanente de alta desde o Plano Real, o qual objetivava atrair capital externo para manter a moeda valorizada e para as privatizações. Com isto, possibilitou manter o Real sobrevalorizado, barateando as importações e controlando a inflação de produtos industriais, ao mesmo tempo em que expandia o consumo. Por outro lado, este processo mergulhou a indústria em uma crise pela concorrência com as importações. Especialmente nos setores de bens intermediários (peças e componentes industriais) e de bens de capital (máquinas e equipamentos industriais) houve seguidas quedas da produção e dos investimentos nacionais. No setor de bens de consumo houve grande importação de produtos eletrônicos mais avançados (computadores, celulares, aparelhos de som digitais entre outros), fazendo com que essa produção nunca se desenvolvesse no país. Isto precipitou o processo de desindustrialização, que se aprofunda nas décadas seguintes, e do qual as novas políticas industriais a partir de 2023 buscam reverter.

Outro efeito foi que o Brasil se tornou um destino muito rentável para o capital em busca de maiores taxas no investimento em Renda Fixa (títulos de dívida pública), uma vez que na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, as taxas de juros estavam naquele período muito baixas. Com isto, criou-se todo um conjunto de interesses de investidores contrários à baixa na taxa de juros, tanto nacionais quanto internacionais, os quais lucram com este estado de coisas. A seguir é possível notar que os investimentos totais em proporção ao PIB, evidencia a média do Brasil em relação a países como China e Estados Unidos. O Brasil encontra-se abaixo de ambos e também abaixo da média mundial, conforme pode ser observado na figura abaixo.

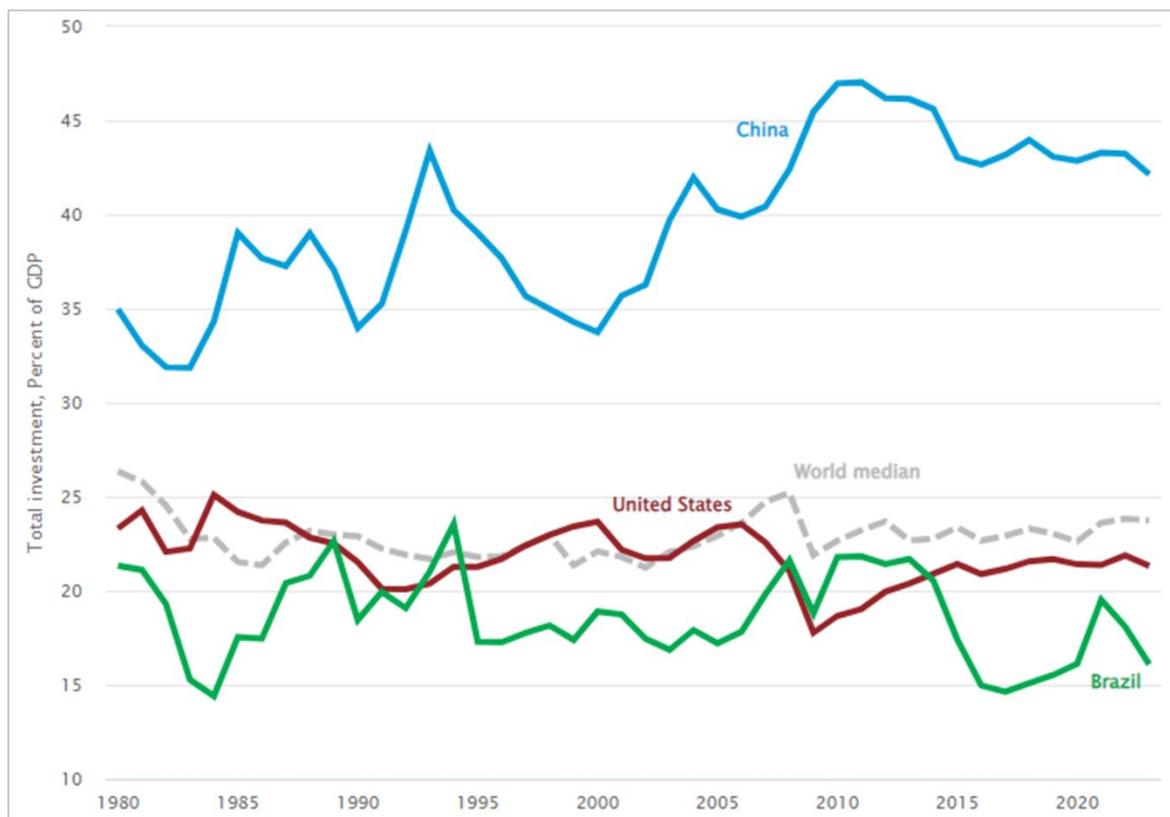


Figura 03 – Investimentos Totais (% do PIB)

Fonte: Banco Mundial, 2020. Adaptado pelos autores, 2023

Os investimentos, no caso brasileiro, estão abaixo da média mundial, dos Estados Unidos e especialmente da China. A partir de 2015, os investimentos tiveram uma queda abrupta chegando a patamares da década de 1980. Para Medeiros (2017) os baixos investimentos²¹ a longo prazo estão ligados a alta capacidade ociosa dos setores industriais; altas taxas de juros, concomitantemente, a uma forte política recessiva imposta pelo pacto liberal que impuseram seus interesses em primeiro plano. Essa alta capacidade ociosa a que o autor se refere, está diretamente relacionada à baixa demanda em função da baixíssima composição salarial. Soma-se a isso, outro elemento fundamental originado ainda na década de 1990 que é a financeirização²².

²¹ Esse desinvestimento aponta também para uma desconexão do Brasil junto às Cadeias Globais de Valor de alta complexidade, fazendo com que houvesse reprimarização da economia brasileira.

²² Para Costa (2008, p. 158-159) à medida em que a dinâmica do sistema era invertida no sentido da especulação financeira, novos movimentos também eram realizados pelo polo financeiro para hegemonizar o conjunto da economia, a fim de que nenhum agente econômico pudesse escapar da armadilha financeira. A captura da renda mundial por parte do segmento financeiro deveria envolver a todos, empresas do setor produtivo, os bancos comerciais tradicionais, o mercado de capitais, inclusive os Estados nacionais e sua política orçamentária. Movidas pela lógica das altas taxas de

Geoinf.: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 16, n. 1, p. 396-421, 2024
ISSN 2175-862X (on-line)

Para exemplificar, a partir do período analisado neste item, dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) demonstram que a indústria de transformação apresentou em 2013 uma média aproximada de 17,50% de capacidade ociosa, a menor do período, o que indica o êxito das políticas adotadas nos governos Lula. No entanto, deste ano em diante ocorreram quedas sucessivas da utilização da capacidade instalada, ficando abaixo dos 80% de 2015 a 2021, reflexo num primeiro momento da crise brasileira (explicada por fatores internos e externos) e depois agravada pós golpe de 2016, Lava Jato e no neoliberalismo à moda fascista do governo Bolsonaro a partir de 2018 e na pandemia.

No que se refere aos setores da indústria de transformação, há diferenças em comparação com os dados gerais. A semelhança de maior destaque foi em 2020, com aumento da ociosidade em boa parte dos setores. Nesse sentido, chamam atenção os seguintes segmentos: Móveis manteve a utilização da capacidade instalada acima dos 80% em quase todo o período, não apresentando fortes quedas como a indústria em geral, exceto na pandemia, mas recuperou-se por conta da demanda aquecida durante o home office. Já a indústria de alimentos mostrou-se mais oscilante, com anos operando acima e outros abaixo de 20% de capacidade ociosa, chegando a quase 30% em 2018-2019. Além disso, foi um dos setores que teve reação mais rápida a partir de 2020, aumentando a utilização da sua capacidade produtiva.

O setor de máquinas e equipamentos apresentou ociosidade acima dos 20%, praticamente chegando a 30% entre 2015-2017. No setor metalúrgico, observou-se altos índices de capacidade ociosa. Pós 2013 a ociosidade foi superior a 35% em vários anos e ultrapassou 40% em alguns momentos, não demonstrando ainda retomada dos indicadores pré-crise. A indústria de veículos automotores também sofreu com baixa utilização da capacidade instalada, ficando abaixo e próximo dos 70% nos anos 2015-2020, com boa recuperação nos últimos três anos. Tais dados evidenciam dinâmicas próprias dos setores, porém, no geral, a indústria de transformação aumentou sua capacidade ociosa pós 2013, com recuperação recente, mas que ainda não conseguiu alcançar os índices anteriores.

Apesar das especificidades setoriais e das várias nuances presentes na realidade, também é válido mencionar que diante desse novo estado de coisas pós plano real, determinados setores da

juros, da rentabilidade rápida e com a vantagem da mobilidade irrestrita de capitais, ficou muito mais vantajosa a operacionalidade cotidiana em qualquer dos mercados do mundo. Agora o capital financeiro se libertava das amarras do espaço e do tempo e podia auto-acrescentar-se em qualquer momento ou em qualquer país.

indústria por um lado foram afetados pelas políticas econômicas e por outro foram condescendentes com o arranjo macroeconômico adotado, uma vez que crescentemente seus ganhos passaram a vir justamente da especulação financeira, mais rentável que os investimentos produtivos. Portanto, possivelmente uma boa fração do empresariado industrial não tem interesse em alterar drasticamente a política econômica predominante desde os anos 1990.

Para além das permanências na interpretação de Rangel, necessita-se fazer algumas considerações no que concerne à interpretação do autor sobre a nacionalização do capital financeiro. O pacto de poder formado nesse período não estava voltado aos interesses nacionais como nos anos 1930 e; a manipulação dos preços pelos grupos que detém total ou parcial a produção, venda ou compra de bens em determinados segmentos não apenas administram os preços como determinam, dada a concentração e centralização de capital.

Em primeiro lugar, necessita-se compreender a violenta abertura econômica e liberalização financeira ocorrida na época, onde o resultado, segundo Baer e Amann (2006) foi um movimento ainda mais forte de concentração e centralização de capital por meio de fusões e aquisições, além da oportunidade dessas grandes corporações acessarem o mercado brasileiro. O quadro a seguir, traz uma relação das maiores empresas do mundo do setor alimentar.

Quadro 01 – As maiores empresas de alimentos do mundo em 2022

<i>Posição no ranking da indústria alimentícia</i>	<i>Posição Ranking Forbes Global 2000</i>	<i>Empresa</i>	<i>País</i>	<i>Especialidade</i>
1	46	Nestlé S/A	Suíça	Processamento de alimentos
2	86	PepsiCo, Inc	EUA	Bebidas
3	93	Anheuser-Busch InBev SA	Bélgica	Bebidas
4	113	Coca-Cola CO	EUA	Bebidas
5	221	Mondelez International	EUA	Processamento de alimentos
6	236	Archer-Daniels Midlant Company	EUA	Processamento de alimentos
7	286	Diageo plc	Reino Unido	Bebidas
8	291	Keweichow Moutai Co Ltd classe A	China	Bebidas
9	317	Tayson Foods, Inc Classe A	EUA	Processamento de alimentos
10	329	Danone SA	França	Processamento de alimentos
11	359	Kraft Heinz Company	EUA	Processamento de alimentos
12	360	Wilmar International Limited	Singapura	Processamento de alimentos
13	399	JBS SA	Brasil	Processamento de alimentos
14	408	Heineken Holding NV	Holanda	Bebidas
15	424	Keurig Dr. Pepper	EUA	Bebidas
16	430	General Mills Inc	EUA	Processamento de alimentos
17	488	Pernord Ricard SA	França	Bebidas
18	490	Femsa	México	Bebidas
19	531	Bunge Limited	EUA	Processamento de alimentos
20	565	Muyuan Fudstuff Co Ltd Classe A	China	Processamento de alimentos

Fonte: Forbes Global 2000.

Segundo a Revista Forbes, “entre as companhias de alimentos e bebidas com balancetes financeiros publicados, a Nestlé manteve o título de maior do setor no mundo, posicionada no primeiro lugar com mais de US\$ 93 bilhões (R\$ 477 bilhões) em vendas.” A companhia também opera, segundo a revista, “um grande negócio de água engarrafada” e é proprietária da marca de café Nespresso. O conglomerado com sede na Suíça realiza a maior parte de suas vendas nos Estados Unidos e tem quase 70 fábricas no país.”

É possível notar, a partir das informações trazidas pela Revista Forbes, que a inflação crescente manteve a indústria de alimentos e bebidas com preços em alta no mundo todo. Segundo a mesma revista, no ano de 2021, “as 25 maiores empresas deste setor geraram US\$ 1,5 trilhão (cerca de R\$ 7,6 trilhões) em receita, enquanto os lucros da indústria aumentaram para mais de US\$ 155 bilhões (R\$ 796 bilhões).”

As empresas de todos os setores da economia respondem por US\$ 47,6 trilhões (R\$ 244,81 trilhões) em receitas, US\$ 5,0 trilhões (R\$ 25,7 trilhões) em lucros, US\$ 233,7 trilhões (R\$ 1,2 quatrilhão) em ativos e US\$ 76,5 trilhões (R\$ 393,4 trilhões) em valor de mercado. Há 58 países representados na lista. Os Estados Unidos têm o maior número com 590 empresas, seguidos por China/Hong Kong (351) e Japão (196).

Ademais, não é apenas no setor industrial que essa concentração ocorre, ela também se manifesta nos outros elos da reprodução de capital, como por exemplo na comercialização. De acordo com dados da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS, 2024) 10 atacadistas que atuam no Brasil concentram aproximadamente 1/3 do faturamento total do setor supermercadista. Destacam-se entre os três principais o grupo francês Carrefour (R\$ 115,4 bilhões), seguido do Assaí Atacadista, empresa de origem paulista (72,7 bilhões) e Mateus Supermercados, que surgiu no Maranhão (30,2 bilhões).

Esta nova estrutura de produção-comercialização agrícola pelos grandes grupos agroindustriais, somados às grandes *tradings* de importação e de exportação de *commodities*, recria a velha estrutura dos mecanismos intermediários de comercialização agrícola aos quais Rangel teorizou em “A Inflação Brasileira. Estes grupos atuam como monopólios, com poder de controlar a oferta e os preços de alimentos, tanto para o consumidor final, quanto para os produtores agrícolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisou-se neste artigo a contribuição de Ignácio Rangel acerca do fenômeno inflacionário ainda na década de 1960 e, se tais contribuições permaneceram válidas para entender a inflação na última década no Brasil. Para tanto, foi resgatado ainda que de forma breve as influências teóricas do autor e sua biografia. Além disso, resgatamos o debate acerca desse fenômeno à época e as contribuições do autor. Por fim, o que podemos constatar neste trabalho é que a obra de Rangel ainda possui validade teórica, e especialmente metodológica.

Tais considerações encontram-se basicamente:

- No âmbito da dissolução do pacto de poder com vistas ao interesse nacional. O pacto de poder formado na década de 1930, pelo latifúndio feudal voltado ao mercado interno e a burguesia industrial nascente, cedeu lugar a uma burguesia rentista que possui interesses exclusivamente particulares;

- Tal categoria de análise está relacionada com o desenvolvimento do capital financeiro com base meramente especulativo e que foi a base para constituição do Plano Real, cujo intuito era a estabilização da economia. Com isso, pode-se afirmar que o desenvolvimento do capitalismo financeiro destruiu o mecanismo de defesa que a inflação tinha sobre a economia à época. Para o autor, à medida que a inflação desvalorizava a moeda, a população para se defender da deterioração a médio e longo prazo, realizava imobilização das unidades monetárias na aquisição de mercadorias. Com a financeirização e as altas taxas de juros (a partir da década de 1990), as aplicações passaram a circular na esfera financeira e não mais na imobilização do capital-dinheiro e a partir disso, impulsionar a economia;

- No aprofundamento do poder das grandes corporações formadas através de fusões e aquisições, os quais concentraram ainda mais poder, especialmente a partir da abertura irrestrita na década de 1990, onde passaram a ditar a precificação das mercadorias, determinando, por consequência, a formação e elevação dos preços.

Contudo, não há dúvidas que sua obra permanece importante para jogar luzes a alguns pontos que são ainda prementes na sociedade brasileira. Sua validade reside basicamente em:

- Altas taxas de exploração em função da profunda concentração de renda e riqueza;
- A inflação no Brasil não é causa, mas consequência de alguma anomalia no sistema econômico. A solução reside no âmbito da estrutura econômica e não em sua manifestação fenomênica;
- A inflação em nenhum dos casos – de 2013 a 2019 e de 2020 a 2023 – foi por excesso de demanda, como entendem os ortodoxos. Mas sim, por uma inflação determinada por grandes corporações que dominam vários segmentos além de num segundo momento haver um choque de ofertas causadas pela Pandemia da Covid-19 e conflitos entre Rússia e Ucrânia.

Por fim, pode-se afirmar que sua validade teórica permanece em função de entender as leis fundamentais que regem a economia e a sociedade brasileira, e metodológica, por indicar os caminhos aos quais as análises da inflação deve seguir.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS. **Ranking ABRAS 2024**: conheça as maiores empresas do varejo alimentar. 2024. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/noticias-abras/116521/ranking-abras-2024-conheca-as-maiores-empresas-do-varejo-alimentar>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa de juros básica**: histórico. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em 29 mai 2024.

BANCO MUNDIAL. **Investimento total, percentagem do PIB**. Disponível em: https://prosperitydata360.worldbank.org/en/indicator/IMF+WEO+NID_NGDP. Acesso em: 28 mai 2024.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, 496 p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. Indicadores Econômicos CNI: séries históricas. Disponível em: <https://indicadores.sistemadeindustria.com.br/indicadores/externo/estatistica> Acesso Sistema Externo. faces. Acesso em: 10 ago 2024.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 216 p.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. **Ignácio Rangel, um pioneiro: o debate econômico do início dos anos sessenta**. 1980. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1980, 151 p.

DIAS PEREIRA, José Maria. The centenary of Ignácio Rangel. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 34, p. 544-564, 2014. Disponível em: <https://centrodeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/288>. Acesso em: 3 abr. 2024.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA INTERSINDICAL DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos: salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#1994>. Acesso em: 29 mai 2024.

FORBES. **As maiores empresas de alimentos do mundo em 2022**: Confira as companhias do setor que integram o ranking Forbes Global 2000, que juntas movimentaram R\$ 7,6 trilhões. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/05/as-maiores-empresas-de-alimentos-do-mundo-em-2022/>. Acesso em: 17 jun 2024.

FORBES: **Bilionários 2024**: Eduardo Saverin é o brasileiro mais rico do mundo. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2024/04/eduardo-saverin-e-o-brasileiro-mais-rico-de-2024-segundo-a-forbes/>. Acesso em: 17 jun 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC)**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc>. Acesso em: 08 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1737>. Acesso em: 18 mai. 2024.

JABBOUR, Elias. O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignacio Rangel. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, p. 561-583, 2017.

KEYNES, John Maynard. **Os Economistas: Teoria geral do emprego do juro e da moeda**. 2º ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982, 329 p.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio. (Orgs). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: editora. 34, 1998, 176 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.; REGO, José Marcio. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio. **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: editora 34, 1998, 176 p.

PEREIRA, José Maria. Trinta anos de A Inflação Brasileira, de Ignácio Rangel. **Revista Brasileira de Economia Política**, [S. l.], v. 3, p. 488-494, 1993. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/1342>. Acesso em: 10 mai. 2024.

MEDEIROS, Marlon Clovis. Pactos de poder e política econômica: comparações Brasil-China. **Revista Geosul**. (UFSC). v. 32, n. 63, p. 269-286, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2017v32n63p269>. Acesso em: 15 mai 2024.

MITIDIERI, Tiago Leone. **Ignácio Rangel e o problema da inflação na macroeconomia brasileira da industrialização**. [s.l.], [s.d]. Disponível em: <https://dogmaseenigmas.files.wordpress.com/2016/05/mitidieri-rangel.pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, p. 25-39, 2009. RAMOS, Carlos Alberto. **Agricultura e inflação: a abordagem estruturalista**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1986. 118 p.

RANGEL, Ignácio Mourão. Inflação Brasileira (1963). In: BENJAMIN, César (Org). **Ignácio Rangel: obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 551-679.

RANGEL, Ignácio Mourão. **Economia: Milagre e Anti-Milagre**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987, 93 p.

SERRANO, Franklin. **Interest rate, exchange rate and the system of inflation target in Brazil**. Brazilian Journal of Political Economy, [S. l.], v. 30, p. 63-72, 2010. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/430>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VILELLA, André. Economia brasileira contemporânea: 1945-2010. In. **Dos “Anos Dourados” de JK à Crise Não Resolvida (1956-1963)**. Orgs. Fabio Giambiagi. et al. – Rio de Janeiro, editora: Elsevier, 2011, 272 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2824329/mod_resource/content/1/GIANBIAGI%20ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%3%82NEA%2C%202A%20ED_.pdf. Acesso em: 15 mai 2024.

WEBER, Isabella. **Como a China escapou da terapia de choque: o debate da reforma de mercado**. São Paulo: Boitempo, 2023. 480 p.

Data de recebimento: 26 de junho de 2024.

Data de aceite: 13 de agosto de 2024.